

(Cada vez mais) Brasil-empresa

José Roberto R. Afonso

Economista, professor do IDP e pesquisador do CAPP/Universidade de Lisboa e GV Europa

Por opção ou falta dela, por medo ou esperança, o empreendedorismo cresce cada vez mais no Brasil. Cada vez mais sua forma jurídica passa pela constituição e pelo funcionamento na forma de empresas. A esmagadora maioria delas formalizada como microempreendedores individuais (MEI) e, já na forma tradicional de microempresas, como pequenas sociedades limitadas ou empresas individuais de responsabilidade limitada (Eireli).

Talvez até mais no Brasil do que no resto do mundo, a pessoa jurídica deixou de ser a forma clássica pela qual se mobiliza capital para montar um empreendimento de algum porte, com atividades mais amplas ou complexas, tenderiam a contratar empregados (com carteira assinada) para desempenhar tais funções. Ao contrário, o mero ato de trabalhar está cada vez mais sendo realizado pela prestação comercial de serviços, formalizado ao menos como MEI e, na medida em que envolve mais qualificação e renda, como uma empresa, individual ou às vezes até com mais sócios, geralmente familiares ou da mesma profissão.



Isto pode ser fundamentado pela mera visão atual dos números atuais do *Painel mapa das empresas*, disponibilizado e sempre atualizado pelo Ministério da Economia.¹ Em abril de 2020, havia pouco menos de 18 milhões de empresas classificadas como ativas no Brasil – *vide* tabela.² Pouco menos de 200 mil delas eram sociedades anônimas, de economia mista ou empresas públicas. Como esperado, mais de 98% constituíam pequenos negócios, sendo cerca de 5 milhões sociedades limitadas (inclusive Eireli) e mais de 12,6 milhões de MEIs. Essas formas certamente marcam as atividades econômicas com mais empresas ativas, pela ordem: comércio varejista de vestuário (1 milhão de empresas), cabeleireiros e manicures (774 mil), comércio varejista em geral (463 mil), obras de alvenaria (458 mil), lanchonetes (431 mil) e promoção de vendas (426 mil).

Se a multiplicação de empresas era uma tendência já consolidada no Brasil, impressiona ainda mais que, ao contrário do esperado, não foi freada na pandemia da Covid-19 – salvo nos seus primeiros me-

ses. Como destacado pelo último boletim do painel,³ em 2020 foram abertas 3,36 milhões de empresas, 6% a mais do que em 2019 e a maior marca anual desde 2010. No ano da pandemia foram fechadas 1,04 milhão de empresas, um número inferior ao de 2019 e muito menos que as 2,4 milhões encerradas em 2018. As surpresas são ainda maiores quando se detalham os dados, com mais aberturas no meio do que no final do ano, crescendo mais nas regiões menos desenvolvidas do que nas mais ricas, e aumentando MEIs e sobretudo sociedades limitadas enquanto retrocederam todas as demais empresas, inclusive as sociedades anônimas.

São indícios de que na medida em que a Covid-19 provocou uma recessão que diminuiu emprego e sobretudo ocupação e renda dos demais trabalhadores, alcançando localidades e profissões de menor qualificação, estes optaram por manter alguma forma de formalização. Seguiram a onda que já vinha varrendo economia e sociedade, com mais brasileiros ainda se tornando donos de seus próprios negócios, até para continuar contribuindo para a Previdência Social como MEI ou a título de pró-labore (nos casos mais organizados). O custo burocrático para tanto caiu muito no Brasil – para esse segmento, pouco ou nada tem a ver com o número de horas necessárias para pagar tributos.⁴

A empresa contada aqui como ativa não quer dizer necessariamente que esteja adimplente. Poder-se-ia esperar que pequenos negócios atrasassem ou pagassem menos impostos diante do impacto da

pandemia. Este senso comum mais uma vez foi traído pela realidade e pelas evidências. O desempenho da arrecadação em 2020 no qual os optantes do Simples tiveram um desempenho muito melhor do que os demais contribuintes: recolheram em tributos federais 1,9% a mais do que em 2019, enquanto demais contribuintes para mesmos tributos arrecadaram 3,7% a menos.⁵

Certamente, a recessão da década passada e a da Covid-19 impôs um tremendo *empreendedorismo do medo*, em que a falta de opção empurrou muitos brasileiros para adotar essa forma legal, da pessoa física que se transforma em pessoa jurídica. É preciso, porém, louvar que a impressionante onda de brasileiros que optaram por ter o mínimo de formalidade e vínculo com a Previdência Social, acentuando uma vantagem do Brasil em comparação

a demais economias emergentes ou menos desenvolvidas.

De acordo com levantamento do Sebrae, empreendimentos optantes pelo regime do Simples têm taxa de sobrevivência duas vezes maior (83%) que a de não optantes (38%). Sem o Simples, 64% das empresas optantes fechariam as portas, iriam para a informalidade ou reduziriam suas atividades. Além disso, pesquisas mais recentes também apontam o esforço próprio pela inovação – para não dizer pela sobrevivência. É bem simbólico desse quadro a drástica evolução da presença na internet dos pequenos negócios, notadamente do MEI, como apurado nas pesquisas do Sebrae depois da pandemia. Em poucos meses, o segmento do MEI deu um salto impressionante no uso das redes sociais para suas vendas, e chega este ano à marca de 69% de presença, inclusive já superando o mesmo

Empresas ativas no Brasil

Abril de 2020

Natureza jurídica	Quantidade	% total
Grandes negócios	193.995	1,1%
Sociedade anônima	167.944	0,9%
Sociedade economia mista	12.094	0,1%
Empresa pública	13.957	0,1%
Pequenos negócios	17.712.859	98,5%
Menores empresas	5.024.006	28,0%
Sociedade limitada	4.027.716	22,4%
Empresa Individual Resp.Ltda. (EIRELI)	996.290	5,5%
Empresário individual (MEI)	12.688.853	70,6%
Demais	66.843	0,4%
Total	17.973.697	100,0%

Fonte primária: *Painel Mapa das Empresas*, Min. Economia. Posição em 20/4/2021.

Contadas apenas empresas ativas. Total de abertas era 41,2 milhões. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yeno7o88>>.

índice apurado para microempresas e empresas de pequeno porte.

Faltam políticas públicas e as ações governamentais darem o mesmo salto de qualidade buscando novas soluções e medidas. Uma das áreas mais demandadas será a de formação e retreinamento de mão de obra para dar aos trabalhadores brasileiros as habilidades para lidar com o novo normal, já consolidado, com atuação cada vez mais digital, em alguns casos com teletrabalho mesmo depois de vencida a pandemia. O Sistema S tem muito a contribuir nesse esforço, podendo atuar em parcerias com órgãos públicos e talvez até com sistemas públicos de ensino, sobretudo médio e superior.

Esse fenômeno do *Brasil empresarial* exige uma revisão de conceitos e de análises.

Antes de tudo, é preciso compreender, por exemplo, que parcela significativa da renda distribuída pelas empresas na forma de lucro não passa da forma pela qual, legalmente, se remunera o trabalho desenvolvido por seus proprietários, geralmente únicos. Uma eventual reforma tributária exigirá mais estudos e cautela para não se confundir a natureza das rendas e, sobretudo, dos rentistas.

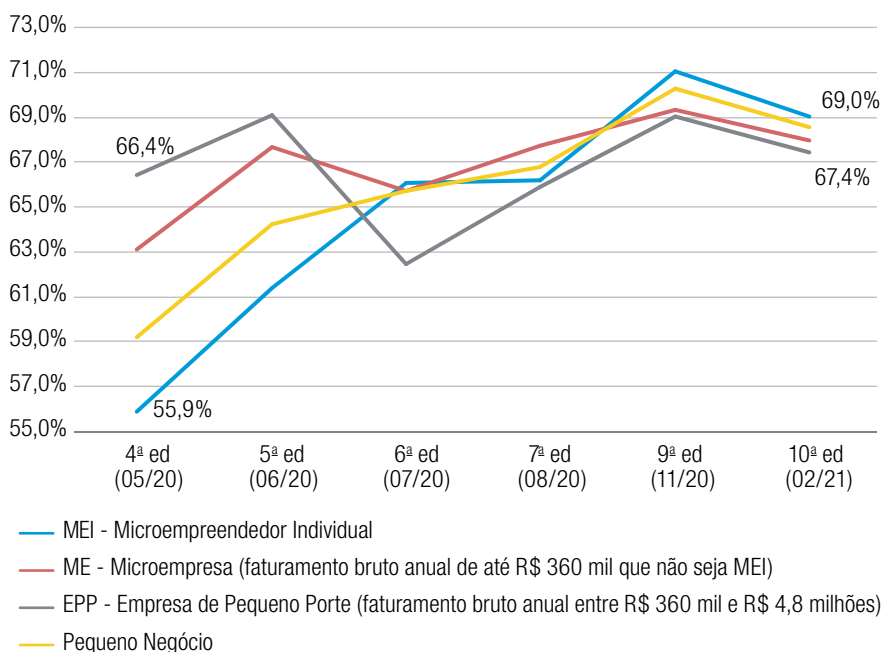
Desde o ano-calendário de 2007 (ano mais antigo que a RFB publicou lucros abertos por categorias), até 2020, o montante de tais rendimentos isentos declarados por pessoas físicas acumularam um crescimento real de 229% no período, subindo para 1.280%, se contadas apenas retiradas oriundas de empresas optantes do Simples – ver gráfico. No mesmo período, os ren-

dimentos tributáveis (incluindo salários) aumentaram apenas 141%. Se as rendas oriundas de lucros equivaliam a apenas 15% daquelas submetidas à tabela progressiva em 2007, passaram à casa dos 20% a partir de 2010, mas deram um salto no último biênio, para 23,5% e 25,1% em 2018 e 2019.

Os pequenos negócios constituem um universo cada vez mais amplo e diversificado de atividades, mas que muitos analistas continuam vendo com uma visão ultrapassada, quando não míope. Não se pode esperar ou querer que eles evoluam como a cada vez mais velha ideia de que um negócio nascia na garagem de uma casa, se transformava numa pequena fábrica de fundo de quintal, daí se formalizava com CNPJ e a desejada produtividade é que passasse a contratar empregados, a comprar terrenos e prédios, para então se tornar uma grande indústria, formal, com enormes instalações físicas, dezenas ou centenas de funcionários com carteira assinada. Sem prejuízo de desejar e ocorrer, não é mais esse o paradigma na economia moderna, a começar que cada vez mais os serviços ocupam o lugar da indústria da transformação, que os computadores contam mais do que as garagens ou os terrenos, e que o trabalho passa a ser organizado na forma de empresas individuais ou de poucos profissionais. Os negócios mais bem-sucedidos do mundo estão nas nuvens e não mais no campo físico de um terreno ou prédio.⁶

O regime do Simples Nacional, incluindo o MEI, constitui um tremendo caso de sucesso na formalização

Você vende utilizando redes sociais, aplicativos ou internet (por exemplo, WhatsApp, Facebook, Instagram etc.)? – SIM

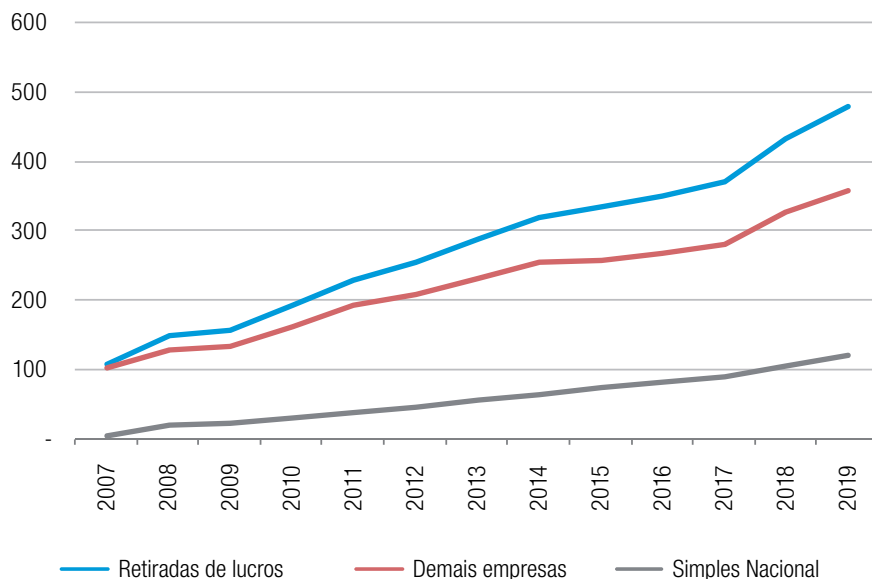


Fonte: Sebrae.

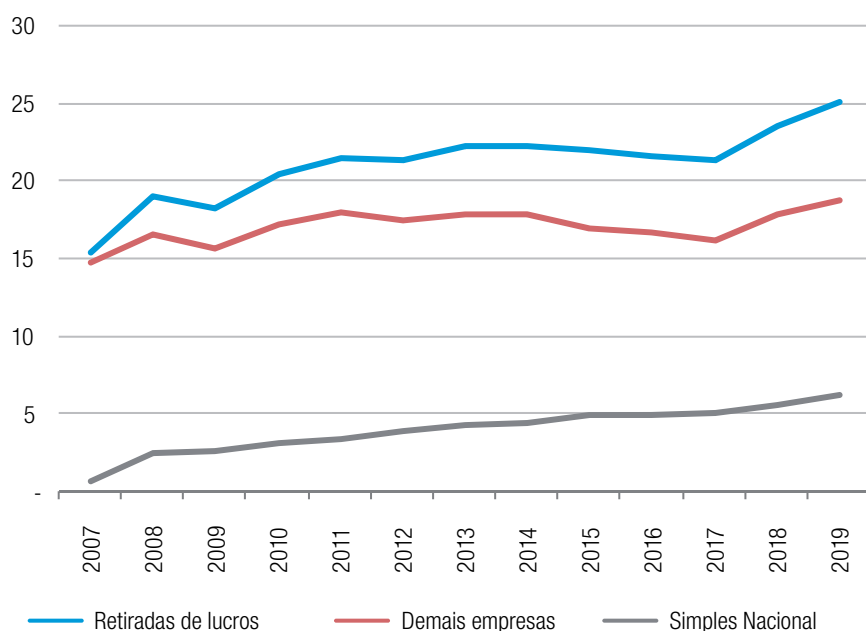
Renda de lucros e dividendos informados pelas pessoas físicas nas declarações anuais

2007 a 2020

Em R\$ bilhões correntes



Em % do rendimento tributável



Fonte: RFB: DIRPF Grandes Números.

Nota:

Demais empresas: refere-se aos rendimentos isentos classificados como lucros e dividendos recebidos pelo titular e pelos dependentes.

Simples Nacional: refere-se aos rendimentos isentos classificados como rendimento sócio/titular microempresa ou empresa de pequeno porte. Retirada de lucros: refere-se à soma de ambos os rendimentos, do Simples Nacional e das demais empresas.

de pequenos negócios, como atestado por farta e recente literatura internacional.⁷ Em particular, organismos internacionais têm destacado o papel do regime simplificado de tributação para incentivar o processo de formalização pela sobrevivência de micro e pequenos empreendimentos. Por certo, esse regime precisa ser modernizado e realmente simplificado, porém, isso exige atenção para a nova realidade dos negócios, de sua organização e mesmo de sua estruturação e movimentação.⁸

É imprescindível se despir de preconceitos e realizar pesquisas para atualizar análises e definir novos conceitos, que ajudem a remodelar as políticas públicas, dadas as grandes transformações estruturais já realizadas na economia mundial e brasileira. Antes da Covid, já era preciso e vinha sendo evitado construir um novo sistema de proteção social dos trabalhadores – e não apenas daqueles que são empregados, com carteira assinada, que contribuem sobre salários. O empreendedorismo exige uma visão ampliada e renovada. Não é apenas para conseguir trabalho em meio ao desemprego e a desocupação, mas deve ser visto como uma promissora fonte de trabalho e de financiamento e organização da seguridade social. ■

¹Ver portal em: <<https://tinyurl.com/yeno7o88>>.

²O painel contava 41,2 milhões de empresas abertas em abril de 2020, portanto, com um número ainda mais impressionante de empresas em inatividade ou encerradas.

³Disponível em: <<https://tinyurl.com/yfzfjne4>>.

⁴A pesquisa mundial mais conhecida, *Doing business*, considera uma mesma empresa padrão, para fins de comparar dezenas de países, porém, esta pouco ou nada tem a ver com um MEI e tal-

vez até mesmo com uma microempresa do Simples. Ver em: <<https://tinyurl.com/yjeo3ta9>>.

⁵Ver boletim mensal de arrecadação da RFB.

⁶Essa tese foi mais bem explicada, incluindo citações biográficas, em nosso artigo com Geraldo Biasoto e Murilo Viana, “Pequeno negócio, potencial inovador, novo normal”, publicado no *Poder 360*, em 25/10/2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxcp6382>>.

⁷Pode ser interessante reproduzir aqui várias citações de estudos recentes publicados no exterior, pois parecem ignorados no debate nacional:

“(....) Motivations to formalize: Entrepreneurs have found the monotax regime attractive as it allowed them to access social security services. The motivation to operate in a formal environment has also been very important. In Brazil, the monotax regime enables entrepreneurs to operate formally, which in turn opens opportunities to benefit from various public policies designed for IME (...)

Motivations and capacity to formalize: Monotax regimes for own-account workers and MSEs which are based on a monotax system can make an important contribution to formalization of enterprises and workers. Small entrepreneurs have indicated that access to social security and advantages of operating formally are their main motivations to enroll under these regimes. The simplicity of administrative procedures and predictability of payments are important success factors.”

Fonte: Simples Nacional: Monotax Regime for Own-Account Workers, Micro and Small Entrepreneurs: Experiences from Brazil. International Labour Organization 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_715864.pdf>.

“This can also be an excellent opportunity to accelerate government regulatory reform and reduce the excessive costs of doing business in Brazil. Implementing and accelerating reforms to improve insolvency procedures, firm registry and minority investor protection is critical to ensure the survival of profitable firms, easing labor costs and firm exit in an expedited way and, especially, facilitating entry of new firms creating new employment.”

Fonte: MORENO, Rafael Muñoz. How to support MSMEs so they overcome the COVID-19 shock. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/news/opinion/2020/07/10/brazil-how-support-micro-small-medium-enterprises-overcome-covid-19-coronavirus-shock>>.

medium-enterprises-overcome-covid-19-coronavirus-shock>.

“For Brazil, Fajnzylber, Maloney, and Montes-Rojas (2011) show that tax reductions and simplification led to a significant increase in formal firms with higher levels of revenue and profits.”

Fonte: IMF Fiscal Monitor: Achieving More with Less, April 2017 April 2017. Pg 57. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2017/04/06/fiscal-monitor-april-2017>>.

“I am only aware of one rigorous within-country study that investigates the impact of a reform that simplified tax regulation. This paper, Fajnzylber, Maloney, and Montes-Rojas (forthcoming), shows that the introduction of the “SIMPLES” tax regime in Brazil increased the share of micro firms that are registered with the tax authorities by 7.2 percentage points (from only 13 percent before the reform to 20.2 percent after the reform). The authors also find that the SIMPLES increased firms’ sales by 37 percent. While SIMPLES consolidated six separate federal tax and social security payments into a single monthly Payment, thus lowering the regulatory burden of taxes, it also reduced the tax rate by up to 8 percent of annual revenue for both micro and small firms. It is therefore not clear to what extent we can attribute the measured effect to simplifying regulation vs. lowering tax rates.”

Fonte: BRUHN, Miriam. What Do We Know about the Impact of Tax Reforms on Private Sector Development?. World Bank Blog. 2011. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/allaboutfinance/what-do-we-know-about-the-impact-of-tax-reforms-on-private-sector-development>>.

“The placebo results indicate the program was not effective in increasing formalization rates of small firms, however one should be cautious before jumping to that conclusion. The analysis suggests that the data used in both Fajnzylber et al. (2011) and Monteiro and Assunção (2012) do not allow for a clean identification strategy that could inform the impact of SIMPLES on firms’ formalization decisions and performance. The impact of this program on formalization rate of firms thus remains an open question.”

Fonte: PIZA, Caio. Out of the shadows? Are firms more likely to formalize through tax simplification programs?. World Bank Blog. 2016. Disponível em: <<https://blogs.worldbank.org/developmenttalk/out-shadows-are-firms-more-likely-formalize-through-tax-simplification-programs>>.

firms-more-likely-formalize-through-tax-simplification-programs>.

“Brazil also operates two important preferential tax and regulatory regimes for SMEs: Simples Nacional and the Micro Empreendedor Individual (MEI). Simples Nacional is the main federal policy for SMEs, to the extent that 65% of Brazilian companies operate under this regime which accounts for one-quarter of federal tax exemptions. MEI, which is much smaller than Simples Nacional, is mostly aimed at own-account workers. Both policies have encouraged the formalization and survival of micro and small enterprises. Some elements of both could be reformed within the context of a broader fiscal reform of the corporate tax system (...)

Going forward, any reform of Simples Nacional should go hand in hand with an overall reform of the Brazilian tax system to make the latter simpler and less costly for all businesses. A mere abolition of Simples Nacional could, indeed, push micro and small companies towards the informal sector, defeating any eventual purpose to increase tax revenues.”

Fonte: OECD (2020), SME and Entrepreneurship Policy in Brazil 2020, OECD Studies on SMEs and Entrepreneurship, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<https://www.oecd.org/publications/sme-and-entrepreneurship-policy-in-brazil-2020-cc5feb81-en.htm>>.

⁸Complementando as citações internacionais, vale mencionar que o artigo de Caio Piza, muito bem fundamentado e estruturado, ainda que publicado em 2018, tomou por base um painel de dados de 1996, quando o Simples era só um regime federal e recém-montado. Sequer tinha sido criado o regime nacional do Simples, compreendendo também ICMS e ISS, e ainda era muito restrito o rol de atividades passíveis de enquadramento.

“The main finding of this paper suggests that the program did not affect formalization rates. The large effects of the program on formalization rates found previously were likely confounded by measurement error in the assignment variable and seasonal shocks that affected more intensely the sectors that the reform initially targeted.”

Fonte: PIZA, Caio. “Out of the Shadows? Revisiting the impact of the Brazilian SIMPLES program on firms’ formalization rates”, *Journal of Development Economics*, 134 (2018). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/327372265_Out_of_the_Shadows_Revisiting_the_impact_of_the_Brazilian_SIMPLES_program_on_firms_formalization_rates>.